



Profª Drª Maria Celina D'Araújo

Entrevista concedida à Revista Temporalidades em 3 de fevereiro de 2014.

Maria Celina D'Araújo é doutora em Ciência Política e atualmente professora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV) e também da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi, ainda, professora visitante em algumas universidades do Brasil e do exterior. Tem atuado em várias linhas de pesquisa: partidos políticos, sindicatos, *Era Vargas*, Forças Armadas e novas democracia na América do Sul, temas sobre os quais produziu dezenas de livros e artigos. Recentemente publicou *A elite dirigente do governo Lula* (2009) e *Militares, democracia e desenvolvimento – Brasil e América do Sul* (2010), ambos pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é membro da Diretoria Executiva da *Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL)* e de *La Red de Estudios sobre la Calidad de la Democracia en América Latina*.¹

¹ Estas informações constam no site <http://mariacelina.daraujo.net/>, acessado em 10/02/2014. Nele também é possível acessar algumas obras da autora, entre artigos e livros, disponíveis online.

Revista Temporalidades : Como o advento da noção de “culturas políticas” e do aparato teórico formulado a partir deste conceito contribuíram para uma possível mudança de perspectiva em relação ao que se conhecia e se pensava, no âmbito dos estudos historiográficos, sobre o período de 1964-1985 no Brasil e sobre as ditaduras em geral?

Profª Maria Celina D’Araújo : Vários trabalhos vêm mostrando que as ditaduras no Brasil e no mundo contaram com forte apoio das sociedades e, portanto, de suas culturas. As ditaduras não são fenômenos isolados, desconectados, pelo menos por longo tempo, das demandas e das contradições sociais. O Estado autoritário reproduz o arranjo das forças políticas e das disputas no sistema político e social. Algumas vezes replica sistemas de crenças.

Revista Temporalidades : Que caminhos apontaria como possibilidades e perspectivas de novas análises para o entendimento da ditadura? As relações de cooptação e o apoio de civis ao regime podem ser um caminho?

Profª Maria Celina D’Araújo : O golpe foi civil militar e a maior parte dos ministérios durante o regime militar foi ocupada por civis, especialmente os das áreas mais técnicas ou profissionalizadas como Fazenda, Planejamento, Previdência. Os militares, especialmente os do Exército, ocuparam muitas posições na burocracia estatal, mas o governo dos generais não foi amador, não improvisou na gestão de seu modelo econômico, pelo menos até a primeira crise do petróleo em 1973. A perspectiva de alto crescimento com intensa concentração de renda deu a tônica dos primeiros anos da ditadura e teve amplo apoio de grande parte da sociedade. No Brasil, o sentimento de justiça e igualdade social tem muito menos peso do que a ideia de progresso material. Os números da economia têm sido sempre muito mais importantes do que o bem-estar das pessoas.

Revista Temporalidades : Sabemos que o presidente Ernesto Geisel era avesso a dar entrevistas. Como conseguiu entrevistá-lo?

Profª Maria Celina D’Araújo : Creio que por meio do general Moraes Rego, também já falecido, ele entendeu a importância da pesquisa que vinha sendo realizada no Cpdoc sobre a memória militar no Brasil e confiou no nosso trabalho. A publicação de suas memórias em

forma de livro² acabou sendo uma importante contribuição para a análise do período, pois ele teve responsabilidade e compromisso com os fatos. Admitiu até a existência da tortura, primeiro e único presidente a fazer isso.

Revista Temporalidades : Em trabalho recente, Daniel Aarão Reis³ afirma que a lei de anistia de 1979 foi produto de três grandes silêncios sobre a ditadura: o silêncio dos torturadores, o da sociedade civil e o da esquerda revolucionária. Por isso mesmo, a tortura como prática de Estado não foi amplamente debatida. Acredita que a Comissão Nacional da Verdade possa significar um novo impulso na revisão da memória sobre a ditadura? Seus resultados podem permitir a responsabilização criminal dos envolvidos nos crimes contra os direitos humanos? Há caminhos para driblar a preeminência das Forças Armadas brasileiras como instância de veto nas apurações dos crimes cometidos durante a Ditadura?

Profª Maria Celina D'Araújo : A Constituição brasileira de 1988 impede a responsabilização individual nesse tipo de crime, posição ratificada há poucos anos pelo STF. Apenas admite a responsabilização estatal e para isso foram criadas as comissões dos desaparecidos, da anistia e da verdade. Outros países, contudo, também optaram pela auto-anistia, o que não impediu a responsabilização individual de alguns líderes e agentes da ditadura. Isso foi possível devido basicamente a dois fatores: recorrer ao direito penal internacional e mudar a qualificação de certos crimes políticos contra direitos humanos para crimes contra a humanidade. O Brasil vem tentando recentemente as duas possibilidades, ainda sem sucesso. Chile e Uruguai, por exemplo, foram bem sucedidos a esse respeito. De toda forma, temos que admitir que demos pouca atenção ao assunto. Direitos humanos não são tema que mobilize a sociedade brasileira. Nas manifestações de junho de 2013 os cartazes pediam serviços públicos como transporte, educação, saúde, mas pouco se via sobre justiça social e direitos humanos.

Revista Temporalidades : As ações recentes visando criminalizar e responsabilizar penalmente movimentos sociais, além da violência policial nas chamadas “Jornadas de Junho”

² Maria Celina D'ARAÚJO e Celso CASTRO (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. 508 páginas.

³ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010. ISSN 0103-2186. Pp. 171-186

receberam boa acolhida em diversos setores da opinião pública. É possível afirmar a permanência, no âmbito civil e militar, de uma cultura repressora em relação às manifestações políticas no Brasil?

Profª Maria Celina D'Araújo : A violência da polícia militar brasileira não se deve apenas a seu caráter militar nem a seu viés autoritário. Além do mais, os mesmos problemas de violência e corrupção são encontrados nas polícias civis. Temos uma polícia bipartida (civil e militar), mal treinada, mal paga e mal comandada pelos governos estaduais para garantir segurança sem usar violência e confronto. Em que pese o caráter violento da repressão policial, nenhuma pessoa foi morta nas jornadas de meados de 2013, enquanto nas comunidades mais pobres os "Amarildos" ainda são frequentes. Temos basicamente uma violência de classe orientada etnicamente contra os afro-descendentes, que, por sua vez, são a maioria dos presos nas masmorras espalhadas pelo país. Uma polícia despreparada, regrada pela força quando se trata de encarar manifestações de rua e preconceituosa com os mais pobres. Uma instituição que tem o poder de classificar os brasileiros entre "doutores" e "elementos", entre "cidadãos de bem" e "vândalos". Que age a partir da classificação que ela mesma, discricionariamente, faz da sociedade sem ser submetida a controles externos eficazes.

Revista Temporalidades : Em seu artigo "Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB"⁴ analisa com propriedade a questão da instabilidade política vivida no Brasil nos anos anteriores ao golpe militar. O quadro político atual, em alguns aspectos, remete ao quadro do pré-golpe de 1964, especialmente se pensarmos nas críticas ao modelo político e partidário ao longo das manifestações de junho?

Profª Maria Celina D'Araújo : Não vejo conexão entre os dois momentos. De toda a forma, as jornadas de junho de 2013 deram margem, especialmente, a dois tipos de críticas: de um lado, a violência policial e, de outro, o uso desses movimentos para provocar desordem e instabilidade política e, quem sabe, um golpe de Estado. As teorias conspiratórias são sedutoras para quem tem preguiça intelectual. O Brasil tem uma democracia deficitária em direitos e justiça sociais e em transparência, mas tem também instituições políticas e econômicas fortes comprometidas com as regras do governo representativo. É um país com

⁴ D'ARAUJO, M. C. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, G. A. D, D'ARAUJO, M. C. (Org.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. Pp. 52-88

grande visibilidade internacional e grande inserção nos organismos transnacionais de negociação política e econômica. Um golpe de Estado teria o papel de isolar o país do mundo. Seria dar um tiro no pé, o que não interessa a ninguém, nem pode ser bom para qualquer lado do espectro político. O argumento golpista é uma maneira eficaz de combater e inibir as manifestações políticas.

Revista Temporalidades : O atual sistema político partidário ainda é tributário da forma como a abertura política foi conduzida no Brasil? É válido afirmar que a elite dirigente brasileira é oriunda da ditadura ou há novas formas de recrutamento a se considerar?

Profª Maria Celina D'Araújo : Os representantes políticos não estão descolados de nossa história e dentro dela há a ditadura, os que foram contra e os que apoiaram. Não há hoje no Brasil quem defenda seriamente o retorno à ditadura, todos defendem plataformas democráticas. No entanto, a democracia é processo, é dinâmica, é inovação inteligente. As escolhas feitas pela oposição durante a ditadura e a transição precisam de um *aggiornamento*. Nossos partidos e políticos parecem passar por um “desencaixe” quando se considera as vozes que têm ido para as ruas. Isso não é fenômeno apenas brasileiro. O mundo está inquieto e os partidos no Brasil nada têm a dizer a esse respeito. Vivemos uma partidocracia esclerosada. A questão principal é qual agenda se pretende seguir e qual o papel dos partidos para além de suas conhecidas funções eleitorais

Revista Temporalidades : Em artigo publicado na revista *Desigualdade & Diversidade*⁵ examina a descontinuidade e fragilidade do sistema partidário brasileiro. Menciona que tivemos seis sistemas partidários durante a República, sendo o quinto deles o de 1979 quando surgiu o PT. Quais descontinuidades e fragilidades ou mesmo permanências podem, de alguma forma, ter afetado a configuração desse partido? Ele representou e ainda representa interesses classistas?

Profª Maria Celina D'Araújo : Em primeiro lugar, falei de sistemas partidários e não de mudanças dentro de um partido individualmente. Em segundo, não creio que a discussão sobre os rumos que o PT tomou na última década, ou mesmo durante toda a sua existência,

⁵ D'ARAUJO, Maria Celina Soares . Sobre partidos e qualidade da democracia no Brasil. *Desigualdade & Diversidade* (PUC-Rio), v. 5, p. 217-238, 2009.

seja o aspecto mais importante para entender a ditadura, assunto desta entrevista. Teríamos, no mínimo, que falar de todos os principais partidos que existiram desde então, até de alguns que não mais existem. Posso apenas adiantar que a perspectiva de partidos classistas guarda certo *glamour* do século XIX, quando a sociedade de mercado começou a ser fenômeno político na Europa. Os partidos de trabalhadores criaram hegemonias, em alguns casos, que redundaram na social democracia ou *welfare state*. Ajudaram a moldar a sociedade de mercado com igualdade social. O PT surgiu com a revolução pós-industrial e com um mercado nacional consolidado de forma altamente perversa. Poderia ser definido como um partido a favor dos mais pobres, dos excluídos desse modelo. De toda forma, mudar o país para caminhos mais democráticos e igualitários não poderá ser tarefa para um só partido.